

A DESIGUALDADE DE GÊNEROS NAS SÉRIES INICIAIS

GENDER INEQUALITY IN THE INITIAL SERIES

Elem Cristina Holanda Ribeiro **1**
Suelen de Holanda Ribeiro **2**
Nizelda Pereira dos Santos **3**

Resumo: O objetivo do presente artigo foi constatar as implicações da possível relação de desigualdade de gêneros nas séries iniciais, como também a importância, tratamento e identificação do docente com ênfase nas relações de gênero dentro do ambiente escolar, como os professores das séries iniciais trabalham essa relação e ainda perceber a presunção de como a desigualdade de gênero acontece no educandário. Trata-se de um trabalho que, fundamentou-se em revisão bibliográfica, ou seja, foi baseado em uma lista de obras consultadas e analisadas atenciosamente livros de autores relacionados a educação; autores como Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Maria Montessori (1870 – 1952), Jean Piaget (1896 – 1980) entre outros, materias, congressos, revistas e documentos que regem a educação no Brasil. Os critérios para exclusão foram dissertações e demais textos que não atendiam às expectativas da pesquisa. Por meio dessa execução, a amostra final foi constituída de 04 artigos e elaborado um quadro para melhor acompanhamento da ideia. Através da pesquisa minuciosa, percebeu-se que a magnitude do assunto é pouco averiguado e vagamente é mencionado nos documentos que regem a educação, portanto, é imprescindível o enquadramento das relações de gênero no processo de ensino e aprendizagem com sociabilidade e respeito, com o intuito de edificar a abordagem na perspectiva da diversidade.

Palavras-chave: Educação. Escola. Diversidade.

Abstract: The objective of this article was to verify the implications of the possible relationship of gender inequality in the initial series, as well as the importance, treatment, and identification of the teacher with an emphasis on gender relations within the school environment, as the teachers of the initial series work this relationship and still perceive the presumption of how gender inequality happens in the school. This is a work that was based on a bibliographic review, that is, it was based on a list of works consulted and carefully analyzed books by authors related to education; authors such as Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Maria Montessori (1870 - 1952), Jean Piaget (1896 - 1980) among others, materials, congresses, magazines, and documents that govern education in Brazil. The exclusion criteria were dissertations and other texts that did not meet the expectations of the research. Through this execution, the final sample consisted of 04 articles, and a framework was created for better monitoring of the idea. Through detailed research, it was noticed that the magnitude of the subject is little investigated and is vaguely mentioned in the documents that govern education, therefore, it is essential to frame gender relations in the teaching and learning process with sociability and respect, with the aim of building the approach from the perspective of diversity.

Keywords: Education. School. Diversity.

-
- 1** Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA)
 - 2** Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA)
 - 3** Orientadora. Licenciada em Pedagogia, pela Faculdade Integrada de Araguatins - FAIARA. Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Pós-graduada em Língua Espanhola pela faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Pós-graduanda em Educação Infantil, ESEA – Especialização e Estudos Avançados. Pós-graduanda em Língua Inglesa pela faculdade Venda Nova do Imigrante-FAVENI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/327547323509683>. E-mail: nizeldapereira@gmail.com

Introdução

Atualmente, percebe-se que a educação possui cada vez mais um papel importante na sociedade, sendo responsável por transformações e construções sociais, inclusive em relação à diversidade de uma sociedade capitalista e excludente. Na linha atemporal, os conceitos sociais passam por constantes modificações no âmbito escolar, dentre elas a questão de gênero nas séries iniciais. Sabe-se que a educação é um direito de todos, de acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal promulgada em 1988 no Brasil, sendo dever do estado e da família promovê-la, a sociedade tem o papel de fomentá-la visando o desenvolvimento do indivíduo, bem como prepará-lo para ser capaz de exercer a cidadania e competência para o trabalho, baseando-se em alguns princípios como a gratuidade, boa qualidade da educação, acesso e permanência, a liberdade em aprender, pesquisar, ensinar, pluralismo de ideias, etc.

Dizia-se, anteriormente a caracterização de gênero como uma condição vinculada somente ao sexo biológico. Em consonância com Nunes e Silva (2000, p. 69).

Entendemos aqui como identidade de gênero aquele conjunto de significações causais explicativas sobre o Ser-Homem (masculino) e o Ser-Mulher (feminino). O gênero seria a primeira classificação simbólica, portanto, a primeira representação significativa, entre as identidades do homem e da mulher. As primeiras identidades de gênero encontram-se nas narrativas míticas, cosmogônicas e cosmológicas, representando a suposta origem do homem e da mulher a partir de discursos narrativos carregados de determinismos de poder e simbologias de diferenciação.

Este artigo traz como anseio central, as relações de gêneros dentro do ambiente escolar, e como os docentes das séries iniciais trabalham tal relação na unidade de ensino, dando ênfase na presunção de que a desigualdade de gênero ocorram no educandário, cercado assim também nas partes escolares, familiares, religiosas, sociais, políticas, em situações pelas quais são vividas por ambos e que é de competência da escola envolver esses assuntos, promovendo a diminuição da analogia de gêneros.

Sabat (2007, p. 149) apud Nogueira, (2012, p. 16) reforçam que:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educativos existentes têm como principal função com/formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais.

Dessa forma, é inevitável perceber a importância da abordagem das situações relativas às questões de gênero e diversidade, em qualquer circunstância, no decorrer do processo de ensino aprendizagem.

Seguidamente, a instituição juntamente com os seus colaboradores, são portadores de um grande papel em não perpetuar a hierarquia de gênero. Diante do exposto esta pesquisa tem o objetivo de compreender como os docentes das séries iniciais regulares trabalham a relação de desigualdade de gênero no ambiente escolar.

É notório, que as instituições escolares exercem o papel de formar os sujeitos que a frequentam, ou seja, elas são produzidas por eles e pelas representações de gênero que nelas estão inseridas. Com isso, estas instituições podem produzir estas diferenças e desigualdades dos indivíduos que as frequentam, e também a informação, do que cada um pode ou não fazer e do lugar que meninos e meninas devam ocupar.

Frisando na ideia de que a discriminação de gênero desenvolve-se, principalmente nos ambientes escolares vivenciados nas construções tanto familiares, sociais quanto política, pelos alunos e professores é essencial ponderar a importância de ser trabalhada nesse âmbito. Para tanto realizou-se uma análise em 04 artigos publicados em anos diferentes, a cerca de se conseguir entendimento sobre este assunto. A principal justificativa deste trabalho, está inserida

sobre a relevância do importante passo na construção da equidade e a busca por correção dos comportamentos desrespeitosos, e que estes possam ser corrigidos ao longo do percurso escolar. Já que a sociedade moderna está se moldando e aprendendo a lidar com as diferenças dos gêneros e em constante busca por direitos iguais, tem-se de começar pela base, ou seja, das séries iniciais para que este hábito de diferenciação não fique enraizado e não seja disseminado e seguido por cada vez mais gerações ao longo dos anos.

Em relação a sistematização da execução do artigo, a primeira parte apresenta a Fundamentação Teórica que dá o embasamento dos conceitos, expõe a postura crítica de autores a respeito do assunto, como também a Base Nacional Comum Curricular que é um documento normativo fundamental para a educação e fala-se sobre o conceitos menino/menina. No próximo capítulo, relata-se a metodologia que foi aplicada para obtenção das informações necessárias para o desenvolvimento do mesmo. Contudo, é esperado que se obtenha o máximo conhecimento sobre a relação de desigualdade de gêneros na unidade de ensino, dando foco no papel do professor, apresentando as considerações finais que apontarão reflexões quanto às questões de gênero na escola.

Conceituando a desigualdade de gêneros

Previamente antes de conceituarmos desigualdade de gênero, temos de entender o conceito deste, ao qual se dá pelo fato de que gênero, dentro da sociedade e nas relações sociais, é pormenorizado como uma partição de masculinidade e feminilidade. Tendo assim o exemplo contrário do senso comum, gênero não tem necessariamente a ver com sexo biológico. Este, diz respeito à forma como as pessoas as quais se convive se enquadram em padrões e o comportamento esperado de cada sexo.

A marca distintiva do ser humano, de ser o único capaz de ter responsabilidade, significa igualmente que ele deve tê-la pelos seus semelhantes, eles próprios, potenciais sujeitos de responsabilidade, e que realmente ele sempre a tem, de um jeito ou de outro: a faculdade para tal é a condição suficiente para a sua efetividade. Ser responsável efetivamente por alguém ou por qualquer coisa em certas circunstâncias (mesmo que não assuma e nem reconheça tal responsabilidade) é tão inseparável da existência do homem quanto o fato de que ele seja genericamente capaz de responsabilidade da mesma maneira que lhe é inalienável a sua natureza falante (JONAS, 2006, p. 175-176).

Entretanto, a desigualdade de gênero é um fenômeno tanto social quanto cultural em que ocorre uma exclusão entre pessoas devido ao seu gênero, basicamente entre homens e mulheres, que além disso, não é um fenômeno inofensivo, já que seu impacto pode ser notado em diferentes planos, como trabalhista, social, familiar, etc. “Se observarmos as aulas de Educação Física, constatamos que os meninos ocupam espaços mais amplos do que as meninas dentro das quadras.” (PEREIRA, 2007, p. 9).

O conceito sobre desigualdade de gêneros vem se modificando ao passar dos tempos, alguns conceitos populares reconhecem o homem como um ser forte e racional, seguido por mulheres sendo intituladas por incapazes e menos racionais, tendo esses pressupostos como uma classificação meramente simbólica entre os gêneros (masculino e feminino).

Diante disso, Brasil (2010, p.12, grifo do autor) afirma que:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais elaboradas com vistas à diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construções sociais.

Nos primeiros anos a criança já vem sendo ensinada e vivendo pela sua própria cultura, ou seja, menino faz coisas de menino e menina coisas de menina. Consequência disso ela trará para dentro de qualquer ambiente que venha a frequentar o que lhe foi ensinada desde a infância, inclusive para a sala de aula.

A constituição, embora progrida em matéria de direitos humanos, prevendo já no primeiro inciso do seu artigo 5º, reservado a esse tema, a igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres, reflete com toda a clareza a tradicional divisão dos papéis sociais reservados a homens e mulheres, no que diz respeito a direitos sociais.

Cisne (2015, p. 85-86) salienta que:

Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas relações e nas relações sociais [...] O conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se à categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem.

O conceito de gênero, fica relacionado diretamente com a construção social dos indivíduos, sejam eles mulheres e homens, diferenciando-se do que se entende por sexo, algo ligado com o fator biológico natural do ser.

Para Brasil (2010) as desigualdades de gênero representam uma das maneiras de conceder valor ao masculino e ao feminino. De modo geral, o masculino é mais valorizado em quase todas as sociedades. Já o termo “gênero” é utilizado para conceituar o conjunto social do sexo biológico, fazendo uma civilidade entre a biológica (sexo) da social (gênero). Percebe-se que o gênero é construído no meio social e está bastante envolvido com a cultura, e com o convívio das regras e leis impostas pela própria sociedade.

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se “enquadram em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de “gênero” (LOURO, 1997, p. 34, grifo do autor).

Diante disso, desde muito cedo, a unidade escolar, em conjunto com a família, igreja entre outros, são espaços/lugares de convivência e interações sociais. A educação tradicional na qual convivemos, se divide e cria distinções entre meninos/meninas, através de atuações, comportamentos, formas de desempenhos e instituem regras e normas baseadas em padrões estabelecidos pela ordem imperante.

Políticas públicas e gênero na escola

Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública.

Diante disso, se tratando de relações públicas baseado em gêneros as desigualdades presentes nos processos de igualdade entre mulheres e homens são reflexo das desigualdades que vivemos nos mais diversos espaços da sociedade, como também na escola que é o local onde se concentra boa parte das pessoas, partindo dessa premissa para um início onde o desenvolvimento

de projetos, eventos, informações e discussões devem ser desenvolvidas pelo corpo total da instituição, provocando um incentivo, reflexão e estudo para que haja, não competição, mas reconhecimento igual às contribuições que homens e mulheres têm a oferecer na igualdade dentro de uma sociedade.

O papel da escola perante a sociedade é de cuidar da educação formal dos indivíduos, as medidas tomadas pelo governo em relação a educação básica nada mais é que um conjunto de políticas públicas que foram estabelecidas na tentativa de colocar o Brasil em condições parecidas com os demais países do mundo.

O papel da escola na identificação da desigualdade de gênero

O papel da escola, mais especificamente do professor, que é o profissional de responsabilidade fundamental do discurso e sua capacidade de produzir, reproduzir e sustentar as formas de domínio ou de enfatizar os desafios e as possibilidades de resistência do discurso proscrito em relação às questões de gênero. A escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, pois como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia, bem como se constitui em um espaço generificado. (LOURO, 1997).

A criança tem a capacidade de moldar o seu próprio desenvolvimento sobre os gêneros, pois após terem se rotulado como meninas e meninos ambos já distinguem comportamentos, atividades e sabem diferenciar essas atitudes em outras crianças também.

Muitas abordagens da sexualidade, somente expressadas no senso comum, revelam lugares-comuns do sexismo: “homem não chora”, “isto é coisa de mulher”, “seja homem”, “a mulher é assim mesmo, o sexo-frágil”. São conceitos e títulos que inicialmente estão submersos ou até mesmo disfarçados dentro da sociedade, mas que em qualquer situação de conflitos ou desentendimentos vêm a tona, e afloram como meio de inibição.

As escolas devem ser locais onde os estereótipos são eliminados e não reforçados, o que significa oferecer a alunos e alunas as mesmas oportunidades de acesso a métodos de ensino e currículos livres de estereótipos, bem como de orientações acadêmicas sem influência de preconceitos. (UNESCO, 2004)

Os educadores “devem estar conscientes e entender o poder e influência de seu comportamento e atitudes, assim como do que ensinam e de como ensinam.” (WHITELAW, 2003, p. 38, grifo do autor). Nessa prática, se faz necessário a sua auto avaliação, assim como qualquer outra prática docente, ao propor reflexões sobre as questões de gênero no ambiente escolar, é essencial possuir conhecimentos psicopedagógicos sobre o meio em que o sujeito discente vive, seu lugar na sociedade, familiar entre outros.

Há que reconhecer que atitudes desiguais, hoje passam despercebidas aos olhos, estão incorporadas em práticas cotidianas, Louro (1997) deixa claro que a construção dos gêneros e das sexualidades se dá através de diversas aprendizagens e práticas, também nas mais distintas situações, é entendida de modo explícito ou dissimulado por um grupo inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.

O que diz a BNCC diante dos gêneros (feminino e masculino)

Salomão Ximenes e Fernando Cássio, da Rede Escola Pública e Universidade afirmam que “a BNCC nasce em falso, parcial, sem condições institucionais de implementação e sem legitimidade capaz de lhe assegurar a adesão genuína de educadores e gestores”, o falatório em relação ao documento promulgado diz-se, relativamente que não há ensejo organizacional para a adesão do mesmo.

Diante das opiniões contrárias, durante e após o processo de construção do documento, outra divergência de ideias foi a questão da diversidade, diz-se que a temática de gênero acomete

muita controvérsia – tanto nos atos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE), quanto da BNCC – o Ministério da Educação (MEC) extinguiu da terceira versão os termos “gênero” e “orientação sexual”.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, acatou a sugestão do MEC e comprometeu-se a liberar sequencialmente um documento com sugestões e orientações sobre o tema. Dessa forma, a ideia de que os temas não estariam contemplados na base, alastrou-se a informação de que não poderiam ser abordados em sala de aula.

Em parte, conduz-se a escola como um local de grandes aparições de ações relacionadas a desigualdades de gêneros, do qual faz-se necessário abordar-se á. É notório uma grande lacuna referente a obras sobre gêneros no nas séries iniciais, porém apresentam-se dados compostos dentro da própria BNCC, abordando referências importantes para o currículo escolar. Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) na competência (empatia e cooperação) aponta que:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer (BRASIL, 2016, p.19).

As questões de gêneros são um tema complexo e muito importante, portanto é necessário que os educadores abordem essa temática com todo cuidado e de forma que entendam que é essencial o respeito as pessoas diversas. Embora ainda em pleno século XXI, observam-se meninos e meninas sendo tratados de modo desigual, diferente e conseqüentemente é necessário questionar hábitos, comportamentos e posturas diariamente para se ter igualdade e equidade diante desses cenários complexos.

Sobre isso, Ribeiro (2004, p.16), menciona que:

Refere-se aos processos culturais contínuos, desde o nascimento que, de uma forma ou outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no birro, com amigos, pela televisão pelos jornais, pelas revistas. É a própria evolução da sociedade determinando os padrões sexuais de cada época e, conseqüentemente, a educação sexual que será levada ao indivíduo.

A própria sociedade é arquitetada de forma que valoriza o homem e o comportamento masculino e tudo aquilo que gira em torno disso. Percebe-se que esses títulos são a própria sociedade que se dá, tendo as meninas como para serem cuidadas e meninos para serem protetores. As questões de gêneros são representadas a prática recorrente e dessa forma é que o indivíduo aprende em sociedade, ou seja, está sujeito a ser submetido todos os dias, no que se refere a algo que uma pessoa diz ou faz para exteriorizar o gênero, se é menino/menina, homem/mulher.

Os gêneros são as primeiras classes de identificações das crianças, por exemplo: uma criança por média de 3 (três) anos de idade sabe distinguir o ser macho e o ser fêmea e se rotula através dessa caracterização. Isso se dá por meio da sociedade em que se está inserida, inicialmente, através dos pais, ao qual a criança reproduz atitudes e adquire conhecimento associados sobre seu gênero perante o seu grupo de convívio. Aos 4 (quatro) anos, essas crianças já desenvolvem o senso instável de identidade, ou seja, durante esse período já vivido elas desenvolvem o que chama-se de comportamento dos papéis dos gêneros, isto é, exercendo atividades distintas e diferenciadas, menina faz coisa de menina e menino faz coisa de menino, já podendo diferenciar brinquedos (menina: boneca e menino: bola).

Gêneros: menino e menina

Quando se fala em Educação para todos, nota-se importância desse quesito, entretanto não adianta oferecer uma educação e não desenvolver ou propiciar a permanência desses alunos até sua conclusão estudantil. Dessa forma a responsabilidade pelo desenvolvimento do educando não se sobressai somente ao estado, e sim do próprio indivíduo.

De acordo com a Constituição Federal (1988) Capítulo VII, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, art. 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Quando ouvimos a palavra gênero um predomínio de pessoas já associa a sexualidade imediatamente, porém trata-se também de ações, sentimentos, construção social e equidade. O eixo de uma infância que deve ser trabalhada e modificada enquanto ainda crianças, tanto no ambiente familiar quanto na escola e sociedade inserida.

A educação é apontada como a estratégia mais eficaz para promover a equidade de gênero, as iniciativas legislativas nas três esferas têm eliminado a discussão dos temas gênero e diversidade sexual do espaço escolar, alguns dos quais responsabiliza criminalmente professoras(es) que o façam. Em abril deste ano, o Ministério da Educação, por iniciativa própria, eliminou os termos identidade de gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular (GESTOS, 2017, p. 15).

Desde o nascimento, os pais começam a educar os filhos de forma que os meninos devem ser sempre determinados comportamentos, cobrando deles a força, coragem, impedindo de expressar seus próprios sentimentos e muito menos assumir seus medos, o que se torna maligno ao seu desenvolvimento.

Como lembram Araújo, Amorim e Ferreira (2004, p. 3, grifo do autor), “nas sociedades igualitárias, ditas ‘primitivas’, nas quais não havia a divisão de classes, as relações de gênero eram a base da organização da sociedade e da divisão social do trabalho”. Já nas sociedades capitalistas “[...] as relações de classe e de gênero são estruturantes e se superpõem”.

Em outra forma de análise temos o embasamento do guia gêneros:

Os modos socialmente construídos de “ser homem” e “ser mulher” afetam, não somente as relações entre homens e mulheres, mas também as relações vividas com pessoas do mesmo sexo: os meninos tidos como frágeis podem sofrer discriminação dos (as) seus colegas. E as meninas que gostam de jogar futebol podem ser mal vistas pelas outras meninas, pelos meninos e também pelos (as) adultos (as) (BRASIL, 2010, p.12, grifo do autor).

Em contrapartida nos deparamos com as meninas com as poucas facilidades, sem muitas oportunidades, destinadas a cuidar do lar e pouco importantes para o mercado, menosprezada pelo que fazem e diminuída perante aos meninos e isso causa grande repercussão na vida adulta, pois é onde eles expressam atitudes e demonstram superioridade quanto às meninas.

Metodologia

Para os fins da pesquisa, trata-se de um estudo de revisão da literatura, que é adequado para se buscar um consenso sobre um tema e sintetizar o conhecimento de dada área por meio da formulação de uma pergunta, da identificação, da seleção e avaliação crítica de estudos científicos existentes em bases de dados contidos no âmbito da educação até os dias atuais, visto que a pesquisa bibliográfica é essencial para a construção inicial do trabalho e as pesquisas, exploratória e descritiva se complementam.

A pergunta da pesquisa foi: como é o tratamento do docente quando se depara com situações de desigualdade de gêneros em área escolar. Na busca para a resposta da pesquisa foram utilizadas ferramentas tais como: estudo de publicações e artigos relacionados a pesquisa, análise de citações referentes a alguns autores tendo como objetivo fazer um levantamento sobre a questão a cima. A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida na consulta de todos os tipos de fontes secundárias relativas ao tema que foi abordado para realização do trabalho. Entretanto, para selecionar os artigos, de início o primeiro passo foi lermos os resumos das publicações selecionadas, com o objetivo de obter a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios para exclusão foram dissertações, teses e demais textos que não atendiam às expectativas da pesquisa. Por meio dessa execução, a amostra final foi constituída de 04 artigos. A análise dos artigos consistiu-se na leitura dos resumos e, em sequencia, na elaboração de um quadro dos dados coletados com informações de cada pesquisa, analisando-se: título, ano de publicação, autores. Também foi feita uma análise temática dos conteúdos por meio da leitura focada dos resumos, a fim de identificação o objetivo do estudo, a metodologia utilizada e os resultados obtidos por eles.

Como tratou-se de uma pesquisa de cunho, também, bibliográfico e documental, fomos buscar autores que contemplam a educação infantil, a saber: Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Maria Montessori (1870 – 1952), Jean Piaget (1896 – 1980) entre outros.

Resultados e discussões

Para que mudanças sejam desenvolvidas, é necessário que a mentalidade, muito engravado da na sociedade como um todo, seja desconstruída. Por esse motivo, é sempre importante conscientizar, alertar e denunciar situações em que haja desigualdade de gênero: seja na sala de aula, no mercado de trabalho ou, até mesmo, em situações familiares. E o primeiro passo para isso é estar ciente que a desigualdade de gênero é um problema que deve ser combatido todos os dias.

A pesquisa em questão, destacam-se 04 artigos científicos, que atendem sobre a temática desigualdade de gêneros estabelecidos, para facilitar a análise e apresentações dos resultados obtidos através dos trabalhos, foi elaborado um quadro explicativo com algumas informações com dados por: título, ano de publicação, autores. Conforme mostra o quadro abaixo:

Tabela 1. Obras relacionadas a temática: desigualdade de gêneros

TÍTULO	ANO	AUTORES
Constituindo gêneros: sobre a produção de masculinidades e feminilidades na educação infantil	2016	José Valdir Jesus de Santana
		Nakson Willian Silva Oliveira
		Maria de Fátima de Andrade Ferreira
		Benedito Gonçalves Eugênio
O que as crianças pensam sobre família e relações de gênero?	2018	Ana Paula Pereira Gomes Gibim
		Fernanda Müller
Condutas pedagógicas sobre as questões de genero na escola	2009	Elizabeth Vieira dos Santos
		Eliane Rose Maio Braga

Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	2019	Carlos José de Moura Ciribelli
		Emerson Fernando Rasera

Fonte: Os autores (2020).

A procura pelos termos ‘gênero’, ‘sexualidade’ e ‘educação infantil’, pronuncia-se a finalidade de cada estudo, sua metodologia e resultados, a partir da visão de seus próprios autores. Segundo Rousseau, “É preciso estudar a sociedade pelos os homens e os homens pela sociedade; quem quiser tratar separadamente a política e a moral nada entenderá de nenhuma das duas” (ROUSSEAU, 1995, p. 309). A relação estabelecida entre política-educação é fundamental para se entender de onde surgem às ideias de Rousseau e em que contexto. Empreender-se na busca do entendimento da concepção rousseauiana é antes entender a influência central de deixar a criança livre, é compreender que essa liberdade é característica específica à criança e assim deve ser reflexiva.

A pesquisa foi de caráter bibliográfico. Em relação aos resultados, o trabalho obteve os processos de exploração quanto aos gêneros, enquanto movimentos das crianças em relação a diversidade sexual; as diferenças de sentido entre adultos e criança dadas às experiências da educação infantil; e a construção refinada do gênero, que ressalta o processo de construção da sexualidade normatizada.

Santana, Oliveira, Ferreira e Eugênio (2016), destacam um trabalho com o objetivo de compreender a relação entre educação, gênero e sexualidade e seus desdobramentos para a compreensão das relações de gênero na educação infantil, na qual sua relação se dá pela pesquisa de revisão bibliográfica, diante disso os resultados obtidos apontam que as práticas educativas advindas de professores e professoras têm favorecido com a produção de estereótipos, rivalidades, exclusão e hierarquias no tratamento entre meninos e meninas, o que envolve-se para acentuar as desigualdades de gênero que se reproduzem na sociedade, que ainda se identifica transposto por práticas machistas, patriarcais, misóginas, e sexistas.

O Método Montessoriano, é o resultado de pesquisas científicas e empíricas desenvolvidos pela médica e pedagoga Maria Montessori. É caracterizado por uma ênfase na autonomia, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança. Segundo Montessori:

O método de observação há de fundamentar-se sobre uma só base: a liberdade de expressão que permite às crianças revelar-nos suas qualidades e necessidades, que permaneceriam ocultas ou recalcadas num ambiente infenso à atividade espontânea. Enfim, é necessário que, simultaneamente ao observador, coexista também o objeto a observar; e se, por um lado, faz-se mister uma preparação para que o observador possa entrever e recolher a verdade, por outro, urge predispor as condições que tornam possível a manifestação dos caracteres naturais da criança (MONTESSORI, 1965, p. 42).

Gibim e Muller (2018), em seu trabalho de pesquisa teve como objetivo investigar representações de crianças sobre família e relações de gênero. Abordando uma pesquisa qualitativa, com a utilização do desenho e narrativas de crianças que estão na Educação Infantil, com a intenção de explorar a partir dos desenhos as representações de família e gênero. Os resultados obtidos demonstram que as marcas de gênero atravessam as relações intrafamiliares, é possível intervir preconceção que muitos estereótipos devem ser desconstruídos. Meninas e meninos vivenciam dia a dia práticas desiguais decorrentes de concepções marcadas pela diferença nos órgãos sexuais.

Santos e Braga (2009), buscou-se em sua pesquisa abordar mudanças em práticas pedagógicas na intenção de atingir a equidade de gêneros, o objetivo foi intervir na orientação de professores, funcionários e alunos sobre a construção dos gêneros levando em tese a diferença entre menino e menina. Desenvolveram um curso fornecido pela Universidade Estadual De Maringá (UEM) e através de um questionário abordaram a comunidade escolar desenvolvido um projeto para mudar a realidade analisada.

O cientista suíço Jean Piaget, revolucionou o modo de enfrentar a educação de crianças ao mostrar que elas não pensam como os adultos e constroem o próprio aprendizado. De acordo com Piaget (1977, p.89), cada vez que ensinamos prematuramente a uma criança alguma coisa que poderia ter descoberto por si mesma, esta criança foi impedida de inventar e, conseqüentemente, de entender completamente. Nesse contexto, é preciso desenvolver a criança para que ela seja capaz de atuar sobre o mundo e também modificá-lo.

Ciribelli e Raserá (2019), desenvolveu um trabalho com o objetivo de entender como acontecem as construções de sentido sobre a diversidade sexual no contexto da educação infantil, dividindo-se em duas fases: primeiramente realizou-se observações com os participantes nas turmas de educação infantil de uma escola da cidade de Uberlândia; e a segunda desenvolver-se rodas de conversa com as professoras da mesma unidade escolar.

Considerações Finais

O desenvolvimento dado na unidade escolar é fundamental para que haja uma sintonia quando o assunto é desigualdade de gêneros, pois a partir de programas, políticas públicas e informações sobre o tema, o aluno de séries iniciais desenvolve uma noção básica diante do que são vistos na unidade de ensino. Por mais que a desigualdade de gênero esteja presente no dia a dia, ela pode ser difícil de ser identificada ou confrontada até mesmo por professores. Por isso, é primordial entender sua origem, as causas e formas de combate nos primeiros anos escolares e desenvolver o entendimento baseado em exemplos, aulas e sobre tudo ações desenvolvidas no âmbito da escola.

O Brasil ainda precisa percorrer um longo caminho, para que a igualdade entre homens e mulheres seja alcançada no país, em vista disso temos a função e poder de incluir esses assuntos durante o período escolar e trazendo ele para o dia a dia de cada. Mesmo com políticas públicas, como leis e incentivos, que buscam acabar com a desigualdade de gênero, ainda temos um longo caminho a ser percorrido para que esse objetivo seja alcançado. A sexualidade não se define apenas por características biológicas, mas resulta também de aspectos psicológicos e interações com o contexto familiar e social. Nesse raciocínio, pensemos na influência que os processos culturais podem e acarretam nesse desenvolvimento e construção do que é natural e do que não é, e produzimos e transformamos o nosso meio, logo fazemos histórico.

O ser humano, visto como ser complexo e integral engloba em si uma série de características, marcas e determinações, que podem ser de origem biológica, social, cultural ou histórica. Dessa forma, compreender a conceituação de sexo se torna substancial para adentrar as questões pertinentes sobre identidade de gênero e sexual. A identidade de gênero e a identidade sexual são consideradas as principais representações daquilo que o sujeito é. Sendo que é a partir destas que constantemente nos apresentamos e nos reafirmamos, estas parecem traduzir com mais segurança o ser humano.

Para que mudanças sejam desenvolvidas, é necessário que a mentalidade, muito enraizada na sociedade como um todo, seja desconstruída. Por esse motivo, é sempre importante conscientizar, alertar e denunciar situações em que haja desigualdade de gênero: seja na sala de aula, no mercado de trabalho ou, até mesmo, em situações familiares. E o primeiro passo para isso é estar ciente que a desigualdade de gênero é um problema que deve ser combatido todos os dias.

Referências

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C. **Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva**. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. VIII. Coimbra, Anais... Coimbra, Portugal, 2004.

DAHER Júlia. Base Nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola? Reportagem: Edição: Cláudia Bandeira Disponível em: <https://www.deolhonosplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/> Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Daria Noletto. Ministério da Saúde(Ed). **Gênero: Adolescentes e jovens para educação entre pares.** Brasília: Biblioteca Virtual, 2010. Series manual (69). Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_generos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural: orientação sexual.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2000.

CIRIBELLI, C. J. de; RASERA, E. F. **Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil.** Psicologia: Ciência e Profissão 2019, 39, e175599, 1- 15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>

CISNE, Miria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** 2008. Disponível: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 28 set. 2020

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição. 2007.

FERRÃO, Romário Gava; FERRÃO, Liliam Maria Ventorim. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa.** Vitória: Incaper, 2012.

FINCO, Daniela. **A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil.** In: Faria, Ana Lúcia G. de. *O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes.* São Paulo, Cortez, 2007.

GESTOS – **Soropositividade, Comunicação e Gênero.** Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <http://brasilnaagenda2030.org> .Acesso: 28 de abril de 2020

HANS, Jonas. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LOURO, Cláudia L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós- estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica: a descoberta da criança.** Trad. de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965

NOGUEIRA, Daniela Macias. **Gênero e sexualidade na educação.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 6. Gênero e Educação – Coord. Adriana de Jesus. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf> Acesso em: 27 set. 2020.

PAMPLONA, R. S. A **Concepção Pedagógica em Rousseau.** Itinerarius Reflectionis, v. 2, n. 1, 11.

PEREIRA, M. E. et al (Org.). **Gênero e diversidade na escola: Formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Rio de Janeiro: CEPESC. 2007.1 CD ROM.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTANA, Mattos, A. I. (2015). **Desigualdades de gênero**: uma revisão narrativa. *Saúde.Com*, 11(3), 266-279. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/372>

SEMIS, Laís. **"Gênero" e "orientação sexual" têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim> . Acesso em: 19 abr. 2020.

Título VIII, **Capítulo VII da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_227_.asp Acesso em: 30 set. 2020.

UNESCO. **Educação para Todos: Gênero e Educação para Todos**. O salto para a Igualdade. Relatório global de EPT 2003/2004. São Paulo: Moderna, 2004.

WHITELAW, S. **Questões de Gênero e Equidade na Formação Docente**. In: CARVALHO, M. E. ; PEREIRA, M. Z. C. (Org.). **Gênero e Educação: Múltiplas faces**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

Recebido em 12 de agosto de 2020.
Aceito em 29 de julho de 2022.